

# MUNICÍPIO DE AJURICABA – PODER EXECUTIVO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS 2º QUADRIMESTRE DE 2025

22 de setembro de 2025

Paulo Cláudio Dolovitsch Prefeito

Tiago Rodrigo Lutzer Tizotte
Contador CRC/RS 082278/O-1

Introdução

**Balanço Orçamentário** 

**Despesas com Pessoal** 

Receitas e Despesas com MDE

Receitas e Despesas com Saúde

Resultado Primário

**Resultado Nominal** 

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Comentário Final

Rua Oscar Schmidt, 172 – CEP: 98.750-000. Fone (55) 3387-0600 CNPJ: 87.613.253/0001-19 Ajuricaba/RS

# INTRODUÇÃO

Em cumprimento à Lei Complementar N° 101, art. 9°, § 4°, o Poder Executivo do Município de Ajuricaba vem demonstrar e avaliar as metas fiscais do 2° Quadrimestre do exercício de 2025. A presente avaliação e demonstração têm como referencia a metodologia orientada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

# **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Demonstra as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas. Regulamentado pela Lei Brasileira 4.320/64, o Balanço Orçamentário é a demonstração contábil pública que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando as parcelas previstas e fixadas com as executadas.

# RECEITA PÚBLICA

É todo e qualquer **recolhimento feito aos cofres públicos**, efetivados através de numerário ou outros bens representativos de valores que o governo tem o direito de arrecadar em virtude de Leis, contratos e títulos (Kohama, 2003 – pág. 82).

# RECEITA PÚBLICA

Previsão Atualizada da Receita (a):

R\$ 52.043.750,76

Receitas Realizadas (b):

R\$ 35.895.673,16

% (b/a):

68,97%

Constitui-se dos gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais, destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais, à satisfação dos compromissos da dívida pública, restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos ou consignações. (Kohama, 2003 - pg.109).

#### **Poder Executivo**

Dotação Inicial (a): R\$ 42.544.145,20

Créditos Adicionais (b): R\$ 3.303.068,68

Dotação Atualizada (c): R\$ 45.847.213,88

Despesa Empenhada (d): R\$ 34.717.787,38

Despesa Liquidada (e): R\$ 29.771.324,74

% (d/c): **75,72%** 

% (e/c): **64,94**%

## **Poder Legislativo**

Dotação Inicial (a): R\$ 1.785.100,00

Créditos Adicionais (b): R\$ 0,00

Dotação Atualizada (c): R\$ 1.785.100,00

Despesa Empenhada (d): R\$ 978.762,64

Despesa Liquidada (e): R\$ 969.013,54

% (d/c): **54,83%** 

% (e/c): **54,28**%

### **Rpps**

Dotação Inicial (a): R\$ 7.714.505,56

Créditos Adicionais (b): R\$ R\$ 0,00

Dotação Atualizada (c): R\$ 7.714.505,56 (sem Reserva R\$

3.349.500,00)

Despesa Empenhada (d): R\$ 2.496.927,70

Despesa Liquidada (e): R\$ 2.487.762,40

% (d/c): 32,36% (74,54%)

% (e/c): 32,25% (74,27%)

### % DE DESPESA COM PESSOAL

Receita Corrente Líquida: R\$ 46.968.726,13

Previsão Atualizada p/2025: R\$ 47.326.050,76

#### **Poder Executivo**

Despesa Total com Pessoal – Executivo: R\$ 21.780.147,59

% do Total da Desp. c/Pessoal p/Fins de Apuração do Limite – TDP s/RCL: 46,37%

Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) – 54%: R\$ 25.363.112,11

Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) – 51,3%:

R\$ 24.094.956,50

### % DE DESPESA COM PESSOAL

## **Poder Legislativo**

Despesa Total com Pessoal – Legislativo: R\$ 1.110.266,26 % do Total da Desp. c/Pessoal p/Fins de Apuração do Limite – TDP s/RCL: 2,36%

Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) – 6%:

R\$ 2.818.123,57

Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) – 5,7%:

R\$ 2.677.217,39

## Receitas e Despesas com Manut. Desenv. Ensino

Receitas Recebidas do FUNDEB: R\$ 3.860.299,08

Despesas com Pagamento dos Profissionais do Magistério até o Quadrimestre: R\$ 3.628.975,03

Mínimo de 70% do FUNDEB Aplicado na Remuneração dos Profissionais: 94,01%

## Receitas e Despesas com Manut. Desenv. Ensino

Total da Receita com Impostos:

R\$ 25.302.365,03

Total das Despesas para fins de Limite Constitucional Aplicado em Educação:

R\$ 7.997.040,32

Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos em MDE:

31,61%

## Despesas Próprias com Saúde

Receita de Impostos Líquida e Transferências Constitucionais Legais:

R\$ 25.586.104,31

Despesas Próprias Empenhadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde:

R\$ 4.878.674,77

Limite Constitucional 15%: 19,84%

MUNICÍPIO DE AJURICABA – PODER EXECUTIVO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA AUDIÊNCIA PÚBLICA | 2° QUADRIMESTRE 2025

# **RESULTADO PRIMÁRIO**

**RESULTADO PRIMÁRIO:** É o que sobra de recursos ao Ente Público para fazer frente ao resultado financeiro:

RP = Receitas Não-Financeira(-)Despesas Não-Financeira

**RECEITA PRIMÁRIA:** Corresponde ao total da Receita Orçamentária, deduzidas as Receitas Financeiras e as Receitas de Empréstimos, tanto as de retorno ao Ente Público quanto às obtidas no Sistema Financeiro.

**DESPESA PRIMÁRIA:** São as Despesas Orçamentárias deduzidas dos gastos com juros e amortização da dívida interna e externa e inversões financeiras.

# RESULTADO PRIMÁRIO

No período de janeiro a agosto de 2025, o resultado primário (sem RPPS) foi de R\$ - 1.504.196,31. Sendo que à previsão para o exercício é de R\$ 3.088.300,02. Foram utilizados na composição da despesa, recursos do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior no valor de R\$ 3.537.625,50 não considerado na apuração do valor acima demonstrado. Considerando a soma do Resultado Primário apurado no exercício mais Superávit Financeiro do exercício anterior demonstrado, chegamos a um Resultado Primário efetivo de R\$ 2.033.429,19.

## **RESULTADO NOMINAL**

**RESULTADO NOMINAL:** É a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida, entre dois períodos, deduzidos do resultado financeiro.

- (+) Resultado Primário
- (+) Valores Recebidos de Juros Nominais
- (-) Valores Pagos de Juros Nominais
- (=) RESULTADO NOMINAL

## **RESULTADO NOMINAL**

O Resultado Nominal apurado até o segundo quadrimestre é de R\$ - 1.342.247,94. Sendo que à previsão para o exercício é de R\$ 568.073,94. O Resultado Nominal que estamos considerando é obtido a partir da dívida consolidada líquida apurada no final do exercício de 2024 de R\$ - 385.350,82 comparado com o apurado até o final do segundo quadrimestre de 2025 de R\$ 868.248,601, deduzindo-se ainda a variação do saldo RPP de R\$ 85.374,85.

# RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

No período de janeiro a agosto de 2025, houve receitas realizadas provenientes de operações de crédito no valor de R\$ 637.518,02. A despesa de capital empenhada para o mesmo período foi de R\$ 1.536.064,88.

# RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

No período de janeiro a agosto de 2025, não houve a realização de receitas provenientes da alienação de ativos.

Despesa empenhada: R\$ 52.966,00

Despesa liquidada: R\$ 52.966,00

Despesa paga: R\$ 52.966,00

Pagamento de Restos a Pagar: R\$ 110.625,21

Saldo atual: R\$ 100.532,04

# **COMENTÁRIO FINAL**

O desempenho **favorável** demonstra que as receitas fiscais mais o Superávit Financeiro do exercício anterior foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais, além de gerar **excedentes** para o pagamento da dívida.

As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente líquida encontram-se abaixo dos limites legais, assim como os limites mínimos de aplicação de recursos em Saúde e Educação foram superados, Fica demonstrado, assim, o alcance das metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.